

Centro-Oeste debate com Governo o seu plano de desenvolvimento

Acompanhados de governadores da região, senadores Carlos Bezerra, Íris Rezende e José Roberto Arruda têm encontro amanhã com José Serra e Cícero Lucena para viabilizar projeto

Jefferson pede "faxina cívica"

Com base em diversos episódios recentes, envolvendo alguns membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), garantiu ontem que continuam baixos os padrões éticos dos mais altos escalões da vida pública. Por isso, ele defendeu uma "faxina cívica" para acabar com o "reino da impunidade", embora reconheça inegáveis avanços nos últimos anos.

Página 2

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) anunciou que, amanhã, os governadores Dante de Oliveira, de Mato Grosso, e Wilson Martins, de Mato Grosso do Sul, juntamente com

os senadores Íris Rezende (PMDB-GO), José Roberto Arruda (DF) e ele próprio se reunirão com o ministro do Planejamento, José Serra, e com Cícero Lucena, secretário do Desenvolvimento Regional. O objetivo é discutir o encaminhamento do Projeto de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodeco), elaborado por lideranças da região e entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Carlos Bezerra também de-



Carlos Bezerra



Íris Rezende



Arruda

fendeu a necessidade de mais ação por parte do governo em relação aos conflitos agrários. Na sua opinião, é preciso prevenir violências e "o governo está sempre sendo pego no contrapé".

O senador defendeu o desenvolvimento do Centro-Oeste como prioridade nacional. Para ele, esta região, além de poder dar resposta imediata à necessidade de geração de emprego, permitirá uma reversão da migração interna, deslocando-

do-a do Sudeste. Mas é preciso investir em infra-estrutura, principalmente estradas e energia, insistiu. O plano de desenvolvimento regional, a seu ver, deve ser orientado para

o conjunto da população - e não para "enriquecer meia-dúzia de pessoas" - e estar integrado a uma política de superação das desigualdades regionais.

Em relação à reforma agrária, a região tem uma experiência bem-sucedida de colonização com migrantes do Sul, destacou o senador.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) reiterou a necessidade de uma política para as fronteiras agrícolas do país.

Comissão discute hoje com ministros o endividamento de estados e municípios

Semana com pauta cheia nas comissões do Senado: hoje, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, debatem com os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o problema do endividamento dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

A CAE também programou reunião extraordinária para amanhã. Uma pauta com 20 itens inclui deliberação sobre projetos, como o do senador

Ney Suassuna (PMDB-PB) regulando o repasse de verbas da União para a construção de penitenciárias nos estados e no DF.

Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reúne-se hoje para apreciar parecer do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sobre as emendas coletivas que deverão ser apresentadas pela comissão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

A comissão especial que

analisa a programação de rádio e TV do país ouve hoje, a partir das 14h, o escritor Dias Gomes. Já a comissão especial que debate estratégias para o desenvolvimento do vale do São Francisco ouve o presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná, Wilson Quintela, a partir das 17h.

Amanhã, reúnem-se com extensa pauta a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais.

NESTA EDIÇÃO

Valmir repudia a exploração de crianças

Página 4

Alcântara condena gastos com propaganda

Página 3

Jefferson: Só faxina cívica acaba com reino da corrupção e da impunidade

Na opinião do senador, ainda existe muito a fazer, em termos de ética, na vida pública brasileira, apesar dos inegáveis avanços verificados nos últimos anos

Uma "faxina cívica" para acabar com o "reino da corrupção e da impunidade" foi sugerida ontem pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), para quem continuam baixos os padrões éticos nos mais altos escalões da nossa vida pública. Ele citou os episódios envolvendo o ex-secretário de Acompanhamento de Preços, José Milton Dallari, e o ex-presidente da Empresa de Correios e Telégrafos, Henrique Hargreaves, como demonstração dessa permissividade.

"Quando pessoas desse nível pensam e agem dessa ma-

neira, pode-se avaliar o grau de frouxidão moral dos nossos costumes político-administrativos", disse.

Jefferson criticou o fato de um grupo de deputados ter votado favoravelmente à concessão de benefícios fiscais a emissoras de rádio e televisão, embora fossem eles mesmos proprietários de empresas do ramo. "Um despudor que dispensa comentários", analisou. Criticou ainda movimento de deputados em favor de um aumento de seus subsídios sob ameaça de deflagrarem uma greve branca, afirmando que "um aumento



Jefferson Peres

autoconcedido, além de ilegal, seria profundamente imoral".

Outro episódio duramente criticado por Jefferson Peres foi

a decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do DF, ao julgar favoravelmente mandado de segurança que reconhecia ter havido perdas salariais por força do Plano Bresser, em decisão que beneficiou os próprios magistrados. "A Corte de Justiça da Capital da República violou ao mesmo tempo as duas leis supremas do país, a Constituição e o Código de Ética", afirmou.

Na opinião de Jefferson, ainda existe muito a fazer, em termos de ética, na vida pública, apesar dos inegáveis avanços dos últimos anos.



Tebet preside reunião da CPI que decidiu convidar ex-governadores

CPI da Mineração quer ouvir ex-governadores

Os ex-governadores José Fragelli e Pedro Pedrossian, de Mato Grosso do Sul, e Jaime Campos, de Mato Grosso, serão convidados a depor na CPI da Mineração sobre possíveis irregularidades na venda da Urucum Mineração S/A à Companhia Vale do Rio Doce, ocorrida no final do ano passado. A decisão foi tomada pelos membros da CPI em reunião realizada ontem, sob a presidência do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ainda não foram defini-

das as datas para o comparecimento dos ex-governadores.

A decisão da comissão deu início às investigações das denúncias que fazem parte do relatório da Companhia Matogrossense de Mineração (Metamat). Segundo o relatório, a venda da Urucum teria sido lesiva aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois o valor de venda da empresa teria sido menor que o lucro obtido nos últimos 12 meses que antecederam a negociação.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

COMISSÕES

10 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, sobre o endividamento dos estados, municípios e Distrito Federal. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Deliberação do parecer do senador Mauro Miranda sobre as emendas coletivas da comissão ao Plano Plurianual de Investimen-

tos - PPA. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Debate com o escritor Dias Gomes. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.132/95, que reduz a alíquota do imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná, Wilson Quintela. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Governo deve gastar menos com propaganda, diz Alcântara

Senador lembra que quatro estatais detentoras de monopólio empregaram US\$ 76 milhões em publicidade no ano passado



Carlos Wilson

Desperdício em obras pode ter fim

"O Senado Federal começou a descobrir caminhos para acabar com o desperdício", afirmou o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), presidente da Comissão de Obras Inacabadas, após percorrer todos os estados do Nordeste visitando obras financiadas com recursos federais que se encontram paralisadas. A visita à região foi concluída no final de semana, com inspeção em Aracaju, João Pessoa, Mossoró (RN) e Fortaleza. Integraram a comissão os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator, Arlindo Porto (PTB-MG), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

- Nosso objetivo não é somente mostrar os descaminhos que se verificam com a coisa pública, mas também o de criar uma consciência nacional quanto à aplicação do dinheiro público, e consequentemente não permitir o início de nenhuma obra sem concluir o que já foi iniciado, fazendo também uma auditoria nas obras que ostensivamente se encontram com preços alterados - declarou Carlos Wilson.

A comissão, que já visitou seis estados de outras regiões, está desenvolvendo seus trabalhos com base em dados fornecidos pelo TCU. Só o Nordeste está com 503 obras interrompidas, com as quais já se gastou R\$ 1,014 bilhão. Seriam necessários R\$ 2,172 bilhões para concluí-las.

Preocupado com o desperdício de gastos públicos, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem não entender por que estatais detentoras de monopólio gastam tanto dinheiro em publicidade. Como exemplo, ele citou que Petrobrás, Embratel, Telebrás e Vale do Rio Doce, empresas que não competem com grupos privados, gastaram no ano passado US\$ 76,6 milhões em publicidade.

Lúcio Alcântara acredita que essas quatro estatais poderiam atingir seus objetivos com uma verba publicitária "substancialmente menor", pois precisam apenas prestar contas de sua atuação e manter uma boa imagem, para beneficiar suas ações negociadas em bolsas de valores. Conforme o senador,



Lúcio Alcântara

a Petrobrás gastou US\$ 26,4 milhões, a Embratel US\$ 29,8 milhões, o grupo Telebrás US\$ 14,8 milhões e a Vale do Rio Doce US\$ 5,4 milhões.

- Temos ciência do terreno nebuloso em que se ingressa quando se começa a discutir sobre verbas de publicidade no âmbito do setor público. Cam-

panhas publicitárias milionárias; poucas agências contempladas com as polpudas contas; favorecimento a esse ou aquele veículo de comunicação em detrimento de critérios técnicos de escolha: esses são alguns dos aspectos envolvidos na questão.

Projeto apresentado recentemente pelo senador Lúcio Alcântara objetiva disciplinar os gastos do governo e de suas estatais com publicidade. Pela proposta, as empresas que detêm monopólio seriam proibidas de fazer publicidade, exceto as propagandas de caráter educativo ou de relevante interesse público. O senador admitiu que seu projeto é muito rígido e concordou em receber emendas para seu aperfeiçoamento.

Francelino quer aprovar MP para que se criem faculdades

Milhares de jovens vêm sendo prejudicados porque estão suspensos os processos de criação de novas faculdades, à espera da aprovação da nova estrutura do Ministério da Educação, lamentou em discurso o senador Francelino Pereira (PFL-MG). O extinto Conselho Federal de Educação (CFE) até hoje não foi substituído pelo novo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para que o CNE passe a analisar a criação de novos cursos, o Ministério da Educação espera que o Congresso aprove a Medida Provisória 1.126, responsável pela mudança na



Francelino

sua estrutura. Já em sua sexta reedição, a MP determina que o Conselho Nacional de Educação será instalado 90 dias depois de aprovada a medida provisória. Francelino Pereira conclamou os senadores e deputados a votarem a nova legislação com rapidez.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ponderou que o CNE só deve analisar cursos superiores depois da aprovação da Lei de Diretrizes para a Educação. Já Emília Fernandes (PTB-RS) alertou que, a cada reedição, a medida provisória sofre modificações que atrasam sua tramitação.

Marina cobra informações de ministério

Há exatos 102 dias a senadora Marina Silva (PT-AC) encaminhou requerimento de informações ao Ministério dos Transportes, mas até agora não obteve qualquer resposta. Ontem, ela solicitou à Mesa as providências necessárias. Pela Constituição, as autoridades públicas devem prestar as informações solicitadas pelos parlamentares em 30 dias.

A senadora não entende a demora, pois, segundo ela, constituem informações simples. Ela quer saber, basicamente, quais as empresas responsáveis pela manutenção e conservação da BR-364, no trecho que liga Rio Branco a Porto Velho, e quais os valores já pagos por estes serviços.



Gilvam Borges

Reconhecimento do técnico de enfermagem

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem o reconhecimento do cargo de técnico de enfermagem, nível médio, na área de saúde, sob o argumento de que este não tem referência no Plano de Carreira, Cargos e Salários do Serviço Público Federal (PCCS).

Segundo o parlamentar, pela Lei nº 7.498/86 foram criados os cargos de Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem entre as atribuições de nível médio do serviço público, "mas somente o auxiliar, com uma remuneração bem mais baixa, é reconhecido", protestou.

Gilvam Borges acrescentou que o próprio Conselho Nacional de Saúde pediu a intervenção do Ministério da Saúde junto a Secretaria de Administração Federal (SAF) para garantir a incorporação do técnico em enfermagem no rol das atividades do serviço público, mas lamentou que até o momento o órgão não tenha se pronunciado sobre o assunto.

Valmir: Criança é obrigada a trocar escola por trabalho

Senador cobra providências enérgicas contra exploração da mão-de-obra infantil

Ao citar que 3 milhões de meninos e meninas, com menos de 14 anos, trabalham ao invés de estudar, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) conclamou parlamentares e autoridades governamentais a uma luta sem tréguas para pôr fim ao trágico problema da exploração da mão-de-obra infantil em todo o território nacional.

Valmir destaca que se naquele universo fossem incluídos todos os menores de 14 a 17 anos, o número subiria para 7,5 milhões de trabalhadores, ainda crianças ou adolescentes, que ocupam 11,6% dos empregos disponíveis no país. O senador

citou dados coletados e divulgados pelo IBGE para afirmar que "há sem dúvida em nosso país uma verdadeira exploração da mão-de-obra infantil", acrescentando ser "lamentável que essas estatísticas sejam verdadeiras".

Em aparte, Bernardo Cabral (PP-AM) destacou a luta de Valmir contra a exploração do trabalho infantil desde a Assembleia Nacional Constituinte. Já o senador Ermandes Amorim (RO) afirmou que uma maior preocupação deveria ser dirigida aos menores que não trabalham. "Trabalhar não é crime", disse.



Valmir Campelo

Cabral presta homenagem ao colunista Ibrahim Sued

"O Rio de Janeiro amanheceu de luto". Com essa frase e citando o escritor Ernest Hemingway, o senador Bernardo Cabral (PP-AM) homenageou ontem o colunista social Ibrahim Sued, falecido domingo naquela cidade.

Afirmando que Ibrahim Sued foi o criador do moderno colunismo social, Cabral

registrou também sua trajetória como homem que, embora oriundo de família humilde, foi capaz de frequentar os mais requintados ambientes da capital carioca, sem perder seu senso profissional.

Cabral solicitou à Mesa que transmitisse à família a manifestação de saudade e de homenagem registrada em Plenário.



Bernardo Cabral



Emília Fernandes

Emília destaca centenário do Correio do Povo

A história do Rio Grande do Sul no último século tem no *Correio do Povo* seu registro vivo e, também, um de seus agentes, afirmou ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Ela fez questão de cumprimentar a direção, jornalistas e funcionários do jornal, que completou cem anos de circulação no dia 1º.

A senadora destacou que foi nas páginas do *Correio do Povo* que os gaúchos acompanharam as sucessivas guerras locais do final do século passado e início deste, a Revolução de 30 e as duas guerras mundiais.

Emília Fernandes ressaltou também duas situações que, na sua opinião, demonstram a grandeza característica do jornal. Na primeira delas, em 1918, o *Correio* foi censurado por divulgar notícias e orientar seus leitores sobre a gripe espanhola. Na segunda, em 1972, o jornal foi apreendido por publicar telex do jornalista Rui Mesquita ao ministro da Justiça, "denunciando a censura prévia à imprensa e os malefícios que aquela situação trazia para o país".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ermandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade ■ Editores – Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.